



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



**VETO TOTAL Nº 218/2018  
AO PROJETO DE LEI Nº 1.385/2017**

*"Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral – AVC, no Estado da Paraíba".  
Parecer pela **MANUTENÇÃO** do Veto.*

**AUTOR DO PROJETO:** DEP. JOÃO GONÇALVES

**RELATOR:** DEP. HERVÁZIO BEZERRA (substituído na reunião pelo DEP. RAONI MENDES)

**PARECER -- Nº 1705 /2018**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e elaboração de parecer técnico o **Veto Total nº 218/2018**, referente ao **Projeto de Lei nº 1.385/2017**, de autoria do nobre Deputado João Gonçalves, o qual *"Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral – AVC, no Estado da Paraíba"*, entre outras providências.

O Governador Estadual, com fulcro no § 1º, do artigo 65, da Constituição Estadual, decidiu por vetar integralmente o referido projeto, por considerá-lo **INCONSTITUCIONAL**.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



## II - VOTO DO RELATOR

Nas razões da presente peça, argumentou Sua Excelência no sentido da relevância meritória da matéria apresentada pelo **Projeto de Lei nº 1.385/2017**. No entanto, o mesmo padeceria de vícios de inconstitucionalidade, quanto ao aspecto formal. Por veicular a criação de programas, entre outras obrigações, a cargo de Secretarias e Órgãos da estrutura da Administração Pública Estadual. E nesses casos, a prerrogativa para tal proposição legislativa caberia privativamente ao Governador do Estado, segundo o art. 63, §1º, inciso II, alíneas “b” e “e” da Constituição Paraibana.

Ao analisar os fundamentos do veto, observa-se que assiste razão ao que fora aduzido pelo Chefe do Poder Executivo Estadual. É certo que o legislador constituinte estadual dispôs de maneira cristalina a privatividade de iniciativa para o Governador do Estado, quando da propositura de matérias cujo conteúdo verse sobre a criação de atribuições para os órgãos da Administração Pública Estadual.

Não é demais elencarmos a textualidade do dispositivo do §1º, inciso II, alínea “e” da Carta Política Estadual: “§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que: (...) II - disponham sobre: (...) e) criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.” (grifo nosso)

Também se mostra indubitosa a arguição acerca do vigoroso mérito carregado pelo conteúdo da propositura. A adoção de medidas voltadas ao “apoio às vítimas de Acidente Vascular Cerebral – AVC”, à luz das competências materiais constitucionalmente atribuídas ao legislador infraconstitucional, revela-se como uma legítima manifestação no sentido da promoção do direito fundamental à saúde.

Todavia, mostrou-se bastante pertinente a argumentação técnica levantada por Sua Excelência. No sentido da impossibilidade de convalidação de eventuais vícios de constitucionalidade, resultantes da usurpação do poder de iniciativa das proposições legislativas, quando de sua sanção pelo Chefe do Poder



ESTADO DA PARAÍBA  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Executivo. Em observância ao entendimento firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal. (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)

Logo, ainda que se preze pela vigorosa importância para o interesse público na discussão da referida matéria, verifica-se o acerto da tese jurídica trazida nas razões do veto integral aposto à propositura em tela. Pelo que se exige ser mantido, ao nosso sentir.

Nestes termos, esta relatoria vota pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL Nº 218/2018**, aposto ao **Projeto de Lei nº 1.385/2017**.

É o voto.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 2018.

  
**DEP. HERVÁZIO BEZERRA**  
Relator





ESTADO DA PARAÍBA  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



### III- PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do voto do Relator, opina pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL nº 218/2018**, ao **Projeto de Lei nº 1.385/2017**, em sua integralidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 2018.

  
DEP. ESTELA BEZERRA  
Presidente

APROVADO  
em 28 02 2018

  
DEP. RAONI MENDES  
Membro

DEP. TROCOLLI JUNIOR  
Membro

DEP. HERVÁZIO BEZERRA  
Membro

DEP. JOÃO GONÇALVES  
Membro

Voto Contrário  
Ao Parecer do Relator

Em 7/1  
DEP. DANIELLA RIBEIRO  
Membro DEPUTADO

  
DEP. CAMILA TOSCANO  
Membro